

A diversidade cultural da Europa: questões de escala e de grau

Manuel Villaverde Cabral

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, UNIVERSIDADE DE LISBOA

Não sei se surpreenderei os colegas dizendo que a questão da diversidade cultural da Europa – suponho que estamos a falar, basicamente, da Europa Central e Ocidental, à qual Portugal está territorialmente ligado pela Espanha – é, acima de tudo, uma questão de escala. E acessoriamente uma questão de grau. Em todo o caso, assim me parece ser do ponto de vista sociológico, que julgo ser extensivo, no entanto, ao campo da cultura em sentido restrito, mas no qual me absterei de entrar em pormenor.

E o que quero eu dizer com “uma questão de escala”? Quero dizer que a badalada diversidade sócio-cultural da Europa aumenta e diminui conforme a escala de observação. A menos que alguém postule uma noção essencialista de “diversidade”, esta só pode ser concebida como algo de relativo que depende, antes de mais, do ponto de vista do observador.

Assim, a partir de dentro, isto é, adentro das fronteiras sócio-culturais do território histórico da Europa, essa diversidade parece-nos necessariamente enorme, riquíssima, absolutamente decisiva para cada europeu. Do mesmo modo, dentro das fronteiras de Portugal, a diversidade sócio-cultural entre o norte e o sul, o litoral e o interior, as cidades e os campos, parece-nos também evidente, para além de toda e qualquer confusão. Veja-se, se não, o admirável retrato que Orlando Ribeiro traçou dos “portugais” atlântico e mediterrânico, para não falar das três grandes regiões em que Portugal pode também ser dividido, segundo ele e Jorge Dias, continuando cada uma delas pela Espanha adentro.

Na realidade, do ponto de vista de uma antropologia cultural radical, cada aldeia é “totalmente diferente” da aldeia vizinha, perante a qual ela define, aliás, a sua “identidade”: Alguidares de Cima/Alguidares de Baixo. Mesmo do ponto de vista linguístico, basta um pouco de ouvido para reconhecer as diferenças entre o português do Porto e o de Braga, ou dentro da região de Lisboa, para distinguir os sotaques de classe, conhecidos de todos os sociólogos, da Linha do Estoril e de Alcântara...

Em compensação, vista de um pouco mais longe, culturalmente falando, – como é o caso, por exemplo, dos Estados Unidos ou do Brasil, – a diversidade sócio-cultural europeia começa logo a esbater-se, isto é, a ser subsumida numa

escala superior de observação, a cujo nível é possível verificar, pelo contrário, grandes homogeneidades. E só um turista muito avisado será tão sensível como nós às diferenças internas ao território português ou mesmo à diversidade ibérica. Só um olhar socializado pela longa experiência e pelo reforço escolar distinguirá fronteiras sócio-culturais que parecem óbvias para nós.

Vista ainda de mais longe – por exemplo, por pessoas que não falam qualquer língua europeia nem estão familiarizadas com a história do “velho continente”, como será o caso da maioria dos japoneses e, mais ainda, dos chineses –, por certo que a diversidade sócio-cultural da Europa se desvanecerá quase completamente a seus olhos, sobressaindo apenas as diferenciações grosseiras do clima e do relevo – frio/quente, alto/baixo... – mas, entretanto, as auto-estradas europeias passaram como ferros de engomar por cima de uma boa parte da antiga diversidade paisagística!

E, naturalmente, tais observadores desprevenidos serão também sensíveis às diferenças induzidas no espaço europeu pelo crescimento económico moderno: tal região é mais desenvolvida do que outra, mas em contrapartida todas as zonas industriais se parecem bastante umas com as outras, não só do ponto de vista urbanístico como também sócio-cultural. É nisto que eu estava a pensar quando falei também, de início, em diferenças de grau.

Inversamente, embora faltem estudos feitos por cientistas sociais oriundos de culturas radicalmente não-europeias – já que, se algo distingue a chamada cultura ocidental é a sua maior propensão para se interessar mais pelas outras culturas do que estas por ela, o que, a ser exacto, desvaneceria por seu turno algumas das perversidades do *orientalismo* atribuído ao euro-centrismo –, é bem possível que os japoneses e chineses que nos visitam tenham a distinta impressão de que a Europa, quando comparada com a diversidade cultural das suas sociedades, é virtualmente “toda igual”! No fundo, o mesmo que nos acontece quando visitamos os países deles sem mais prevenções do que as de um “turista acidental”...

Em suma, será que, do ponto de vista da sociologia comparada, a diversidade sócio-cultural europeia é, *essencialmente*, maior do que a de “civilizações” como a chinesa, a japonesa ou a indiana? No mínimo, teríamos de conhecer bem melhor estas últimas para poder dizer algo de relevante sobre a questão. E quanto aos critérios de comparação, o melhor seria deixarmos em casa qualquer essencialismo identitário.

Sendo certo que as modalidades específicas do desenvolvimento da sociedade europeia se caracterizam por um grau de diferenciação sócio-cultural comparativamente muito elevado – e a melhor prova disso são, seguramente, as suas expressões estéticas –, o mais provável, contudo, é que a diversidade própria a cada “civilização” – seja esta local ou global – passe por critérios diferentes, no limite *in-comparáveis*, para não dizer incomensuráveis, destituindo pois de qualquer essência a nossa cara noção da diversidade sócio-cultural europeia.

Com efeito, posso acrescentar que, do ponto de vista da sociologia comparada, todos os estudos confirmam que as diferenças sócio-culturais regularmente observadas entre os países europeus são menores do que as diferenças que se observam, no seio de cada um deles, entre as diversas categorias sócio-culturais que coexistem em todos eles. Por outras palavras, as diferenças de atitudes e comportamentos entre os portugueses e os suecos são, *mutatis mutandis*, menores do que as diferenças entre os médicos e advogados portugueses e suecos, por um lado, e os operários e camponeses em Portugal e na Suécia, por outro.

O que acontece, como é sabido, é que a proporção em que cada uma destas categorias entra na configuração social de cada país é diferente, afectando portanto o *pathos* e o *ethos* de cada sociedade europeia, tal como estes são vulgarmente traduzidos pelas médias nacionais. Mas estamos muito mais perante uma questão de grau, definido principalmente pelos níveis de desenvolvimento sócio-económico, do que perante uma questão de natureza cultural no sentido antropológico do termo.

Por paradoxal que possa parecer, nem a grande clivagem cultural europeia – isto é, a clivagem entre o Catolicismo e a Reforma – afecta de forma radical o sistema de valores europeus. Com efeito, se algo permite falar de uma “civilização europeia” é, precisamente, o facto de a forma como as pessoas e os grupos sociais se distribuem perante esse padrão de valores herdado do fundo cristão – porventura, greco-judeo-cristão – ser comum a todas as sociedades europeias.

Na realidade, em todas elas prevalece a tendência para os indivíduos e os grupos se distribuírem, do ponto de vista do sistema de valores, atitudes e comportamentos, segundo a mesma meia-dúzia de clivagens secundárias, isto é, historicamente posteriores à constituição religiosa e moral da Europa.

Enfim, essas clivagens, em torno das quais se organiza o pluralismo sócio-cultural europeu, ou seja, o próprio fundamento da nossa diversidade, são bem conhecidas dos sociólogos e cientistas políticos, como serão, seguramente, reconhecidas também pelos linguistas e pelos estudiosos da cultura, seja a chamada alta cultura ou a cultura dita popular.

Passam elas, sem prejuízo de sobreposições reforçantes e de cruzamentos contraditórios, pela antiga clivagem entre a cidade e o campo; no plano da organização sócio-económica, passam pela agricultura, a indústria e o chamado terciário; no plano da propriedade material e imaterial, passam pelo capital, pelo trabalho e pelas artes e profissões liberais; no plano ético-religioso, passam pela crença e a descrença; no plano cultural em sentido moderno, pelo acesso ou não à instrução; e por fim, no plano político, a clivagem passa, desde a Revolução Francesa, pela esquerda e a direita. Nada, afinal, que não soubéssemos já todos. Só que sem a aura de uma diversidade europeia essencial e imorredoura. E sob o efeito desdiferenciador crescente dos actuais factores de globalização.